

NAS ORIGENS DA MOEDA

A. Augusto Tavares

Professor Catedrático Aposentado da Universidade Nova de Lisboa
e Professor Catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Dentro em breve Portugal vai ter uma nova moeda. Efectivamente, a partir de 1 de Janeiro de 2002 começará a circulação das notas e moedas em euro. O evento sugere-nos uma digressão por tempos e lugares distantes em busca das origens da moeda. E, como em história há sempre alguma coisa antes, começamos pelo princípio.

O tema não será descabido na Revista de Humanidades e Tecnologias da Universidade Lusófona, que conta entre as suas licenciaturas a de História e a de Economia e que tem por lema nada do que é humano lhe ser estranho.

Num túmulo de Sakara do Império Antigo, no Egipto, ficou representado um mercado da época. Estaremos no início do terceiro milénio a. C. Ali podemos assistir a uma cena em que entram vendedores e compradores e podemos observar gestos e atitudes próprias da discussão entre aquele que vende e o que compra: regateiam-se preços, mas faz-se o negócio. Custa-nos porém a imaginar em concreto como seria um mercado sem dinheiro. Mas observemos atentamente: há quem esteja a vender unguentos ou perfumes e uma mulher entrega dois pequenos vasos em troca de um unguento; há quem esteja a vender bolos, mas aquilo que o comprador oferece não parece o suficiente; o comprador tem de lhe dar mais um par de sandálias. O vendedor de legumes também não fica satisfeito com o pagamento de um cliente e diz-lhe: “dá-me cá o preço justo”¹.

Não havia ainda dinheiro. Por isso, a aquisição de bens fazia-se pela troca: dá-me tal coisa ou tal quantidade daquilo que aí tens que eu dou-te isto ou tal quantidade daquilo que tenho. O género de discussão neste e noutros mercados da época faz entretanto supor que, implicitamente, se atribuía um valor relativo àquilo que se adquiria e àquilo que se dava em troca. Para tal, a melhor maneira de se chegar a uma aferição de valor de uma e de outra coisa, era apreciar cada um desses bens em relação a um terceiro que fosse de uso corrente.

Certos povos habituaram-se a exprimir os preços em cabeças de gado, atribuindo-lhe na prática o significado de um título de aquisição, digamos uma espécie de “moeda de compra”. A memória colectiva ainda conserva, em linguagem de raiz arcaica, essa fase: assim, a *rupia* indiana deriva do sânscrito, *rupa* (gado) e o nosso adjectivo *pecuniário* vem do latim *pecus* que significa a mesma coisa. De certa forma a ideia de uma moeda de compra parece estar subjacente à noção de permuta, quando as coisas se passavam desta forma.

Uma considerável fase de progresso verificou-se quando, aqui e acolá, se tomaram como referência objectos fáceis de manusear e de conservar, como por exemplo conchas, pérolas, lingotes de metal. Trata-se de espécies fáceis de utilizar em qualquer transacção, seja como preço, seja para pagar uma demasia. O vendedor, ao receber essas espé-

¹ A. ERMAN, H. RANKE – *La Civilisation Égyptienne*, Paris, Payot 1976, p. 662.

cies, podia reutilizá-las mais tarde. Passava-se deste modo do sistema da simples permuta para para uma fórmula mais larga de comércio. Esta espécie de “moeda” já não era apenas um aferidor de valor, mas também um instrumento de compra e uma reserva para economizar. Reconhecemos porém que, neste sistema, havia defeitos: qualquer pessoa corria o risco de receber conchas defeituosas, pérolas mais pequenas do que outras, lingotes de peso insuficiente, porque lhes haviam retirado uma parte, etc. No caso do lingote porém o valor radicava no peso, mas, mesmo este sistema ponderal era falível, apesar de os lingotes poderem ser analisados e pesados antes de cada transação. Fazia-se por exemplo a prova do ouvido, tilintando a peça metálica ou fazia-se a prova da pedra de toque para se avaliar da sua natureza e qualidade. Generalizou-se sobretudo o hábito de pesar, não obstante as peças serem marcadas com uma estampilha, uma espécie de selo, impresso por martelagem. A autoridade pública encorajava o uso deste sistema, mas não deixava de ter limitações.

Uma etapa essencial iria surgir quando se adoptou como moeda uma peça metálica cunhada pela administração pública. O valor deixava de ser intrínseco, resultante do peso, pois o selo da administração pública servia de garantia. Tal peça merecia confiança. E assim surgia o valor fiducial.

Tal como se diz que a história começa com a escrita, assim podemos afirmar que a história monetária começa com a cunhagem pública das peças. Iniciava-se então o longo período da moeda metálica, objecto de estudo para numismatas, para historiadores, para sociólogos, etc. Neste momento, como se compreenderá, a moeda interessa-nos pela sua função económica.

Iremos verificar que, na história monetária, há um certo encadeamento lógico, sem perdemos de vista que existiram por vezes recuos, desvios e desconfiças. Ainda no século XVI, Thomas More, o magno chanceler de Henrique VIII, na Inglaterra, defendia na sua *Utopia* que o desaparecimento da moeda libertaria a humanidade de muitas infelicidades² e houve também, em tempos posteriores, quem defendesse uma economia desmonetarizada para evitar os avanços do capitalismo. Fosse como fosse, o sistema iria impôr-se e prosseguir até aos nossos dias e não haverá dúvida de que irá aperfeiçoar-se ainda mais no futuro. Ninguém poderá estabelecer limites às capacidades do espírito humano.

Os caminhos da amoeção: experiências concretas

Voltemos ao Egipto, desta vez ao Império Novo, onde já se havia ultrapassado o primitivo sistema de permuta e se usava o sistema ponderal. A unidade de valor era o *deben*, que pesava 91 gramas. Os paga-

mentos calculavam-se com base nessa unidade de cobre. Assim, pode ver-se como, num documento do século XIV a. C., se regista a compra de um boi. O comprador deveria pagar 120 *deben*, mas como não possuía moeda suficiente, pagou da seguinte forma: entregou ao vendedor uma bengala com incrustações no valor de 25 *deben*, 11 frascos de óleo, valendo 10 *deben*, etc. Do Império Novo, precisamente do reinado de Ramsés IV, século XIII a. C., chega-nos uma pequena tabela de correspondência que tem algum interesse: 4 peças de pele não trabalhada para fazer uma couraça valiam 4 *deben*, uma bengala de madeira com incrustações valia também 4 *deben*, etc.³

Na Mesopotâmia, as relações económicas com o estrangeiro fizeram surgir formas evoluídas adaptadas à expansão comercial e mesmo bancária, desde o século XVIII a. C. O juro tornou-se prática corrente e a própria lei estabelecia taxas. Assim, tratando-se de produtos agrícolas a taxa era de 33 % ao ano, mas no caso de ser prata era de 20%. O metal desempenhou papel importante no comércio interno. Circulava sob a forma de lingotes, de placas, de anéis, sendo estampilhada cada peça como garantia do seu peso e da sua pureza. O cobre também foi usado mas preferiu-se geralmente a prata. Na época de Hamurábi, por exemplo, século XVIII, a prata era de uso corrente. O ouro era uma excepção e apenas usado em mercadorias com o estrangeiro.

Este sistema pré-monetário levou um conhecido investigador, R. Bogaert, a ter de alterar um projecto de investigação sobre a origem da banca de depósitos. Pensando encontrar a origem na Grécia, acabou por reconhecer que tal se encontrava na Mesopotâmia, como prova na sua conhecida obra *Les origines anciennes de la banque de depot*, Leiden 1986.

Mas, apesar de existir na antiga Mesopotâmia um vigoroso sistema pré-monetário, a moeda para pagamento iria encontrar experiências mais felizes, curiosamente nos dois extremos da Ásia: na China e na Anatólia. No caso da China, deve salientar-se que a metalurgia foi conhecida relativamente tarde, mas depressa se utilizou o metal para fabricar moeda. Efectivamente já no século XI a. C. se substituíram as conchas por peças de bronze, as *bocadas*, que tinham uma forma estranha, pois de um lado eram planas e do outro convexas sob a forma de colheres, de canivetes, etc. com inscrições gravadas. No século III a. C., aparecem peças redondas com um buraco quadrado no centro, que alcançaram enorme êxito em todo o Oriente. Ficaram conhecidas por *sapecas*.

Na Anatólia, as coisas passaram-se diferentemente, bem de acordo com as circunstâncias históricas. E chegados aqui não podemos deixar de fazer uma referência aos Hititas que, pelo século XVI a. C., penetraram na Babilónia, onde conheceram as “moedas” de compra de que falámos. Isso incitou-os a tirar partido das suas riquezas mineiras, quando regressaram às suas terras de origem. Começaram por usar um sistema

² Referência extraída de J. RIVOIRE, *Histoire de la monnaie*, Paris, PUF, 1989, p. 8.

³ A. ERMANN, H. RANKE, *ob. cit.* p. 665.

ponderal rigoroso, calculando os preços em *siclos* de prata. A unidade de compra era exactamente o *siclo* que pesava 8,41 gramas. A *statera* valia 2 *siclos*; a *mina* correspondia a 60 *siclos* e o *talento* valia 60 *minas* ou seja o peso de 30,276 kg de prata. Para maior garantia e facilidade nas transações, não faltaria nos lingotes uma estampilha com a indicação do peso e do título da respectiva peça. No entanto o sistema não estava ainda perfeito, pois as peças não eram ainda iguais umas às outras. É uma etapa que iria ser atingida no século VII a. C. não pelos Hititas mas pelos Lídios, um povo que pouco antes se havia libertado do seu jugo. Efectivamente, desde a Antiguidade, é-lhes atribuída a invenção da moeda, com base na informação de Heródoto que afirma explicitamente que “eles são os primeiros de que temos notícias de que usaram moedas de prata e ouro” (I, 94, 1). É certo que as primeiras moedas, como já veremos, foram de electro, mas o sistema bimetálico surgiu entre eles, não havendo por isso razão para discordar de Heródoto. Nem mesmo somos levados a afastar-nos desta tradição, preferindo a hipótese de que as primeiras moedas teriam sido fabricadas nas cidades gregas da Ásia Menor e designadamente em Égina, como refere Estrabão, na sua *Geografia* (VII, 6, 1.6): “... se a primeira peça de prata foi cunhada em Égina por Fidon, foi porque a ilha era um importante lugar comercial...”

Como vemos, para Estrabão, a origem da moeda está relacionada com as actividades comerciais, o que bem condiz, não só com as cidades gregas orientais mas muito particularmente com a Lídia. As coisas efectivamente não acontecem por acaso, mas por necessidade. Os Lídios eram um povo muito activo no comércio. Os antigos apelidaram-nos mesmo de “os Fenícios de terra firme”. Vendiam a retalho, percorrendo num imenso vaivém tanto o território lídio como mísió. Nessas deslocações sentiram como ninguém a necessidade de alojamento e acolhimento nocturno. Criaram e desenvolveram por isso o ramo da hotelaria, como agora se chama, tornando-se os estalajadeiros da Antiguidade. Acolhiam os caminhantes e as caravanas, recebendo daí a natural recompensa. Assim se compreende como teriam sentido a necessidade da moeda.⁴ A sua invenção atribui-se ao rei Gíges, aquele que, segundo a tradição, depois de ter sido pastor, se introduziu na corte, vindo a reinar entre 687 e 650 a. C. Pensa-se entretanto que o rei teve conhecimento de moedas cunhadas por particulares em cidades jónicas da costa, antes de mandar cunhar as suas primeiras peças, que tinham forma ovóide e eram de *electrum*, uma liga de ouro e de prata que se encontrava em estado nativo em pepitas arrastadas pelo rio Pactolo. Essa liga, porém, não era muito prática, visto que a proporção do ouro varia entre 20 e 48% sem que a cor mude sensivelmente. Mas o sistema é que mais importava e iria ser rapidamente generalizado, nas cidades jónicas, na Grécia e no Oriente. Na Lídia, os metalurgistas conseguiram separar o ouro da prata e o rei Creso fundou um sistema mon-

etário bimetalista: uma *estatera* de prata com o peso de 10,89g e uma *estatera* de ouro de 8,17g, com a determinação de que a *estatera* de ouro se podia cambiar por dez *estateras* de prata. Estabeleceu também um relação de 1 para 13,13 entre a prata e ouro. Foi ele o primeiro no mundo mediterrâneo a cunhar ouro e as suas moedas, as “creseidas” tornaram-se conhecidas, contribuindo largamente para a sua fama de riqueza. Por isso, ao ser vencido pelos Persas este último rei dos Lídios, terminando os seus dias na miséria, viria a dar motivo de reflexões aos filósofos gregos sobre o valor das riquezas e o destino da vida humana.⁵

Depois da vitória dos Persas sobre Cresos, são estes que emitem nova moeda, os *daricos*, com a efígie do seu novo rei, Dario a arremessar o arco. Esta moeda de ouro, com o peso de 8,41g, adquiriu um enorme prestígio e tornou-se moeda internacional nas relações entre a Grécia e o Oriente. A cunhagem dos *daricos* era um privilégio real, ao passo que as peças de prata os “*siclos médicos*”, com um valor 20 vezes menor, ficou confiada às satrapias. Esta moeda tem pois um valor intrínseco, correspondente ao metal que contém. Daí a expressão “moeda metálica”. Mas a confiança do público atribui às peças um valor liberatório superior ao valor intrínseco, que é o valor fiduciário. Apesar de os Persas terem conhecido o sistema monetário e de possuírem riquezas inestimáveis em ouro e prata, temos de reconhecer que não souberam usar uma política monetária eficaz, como diremos dentro de momentos.

Não haverá interesse neste momento seguirmos em pormenor os caminhos da expansão da moeda na Antiguidade pelas regiões da Mesopotâmia e do Egipto, mas talvez seja útil, prestarmos alguma atenção ao seu percurso entre Gregos e Romanos, pela importância que a moeda teve não só no pensamento económico mas de uma forma global na história da civilização ocidental.

Na Grécia

Os Gregos, desde muito cedo, abandonaram o sistema primitivo da troca ou permuta com o pagamento por meio de bens da natureza pelo sistema de pagamento com objectos de metal, como se depreende da *Iliada*. Daí, recolhemos a informação de que os objectos oferecidos aos vencedores dos jogos eram tripés, caldeiras, assadores, armaduras que equivaliam a determinada quantidade de bois. Um escravo, por exemplo, valia entre 4 e 20 bois. Mas obviamente que não era prático o pagamento das dívidas com bois ou com tais objectos metálicos, nem era estimulante para a poupança. Por isso, muito cedo preferiram o sistema ponderal, ou seja o uso de uma peça metálica, com selo obtido por martelagem, onde se indicava o peso, sistema semelhante ao que havia sido usado no Egipto com as peças marcadas com o “tesouro de Ptah” e na Mesopotâmia com a “cabeça de Ishtar”.

⁴ A. A. TAVARES, *Economia e História Antiga*, Lisboa, ed. Presença, 1987, p. 58.

⁵ A. A. GONZALES, “El origen de la moneda: estado de la cuestión”, *Gaceta Numismática*, II, 99, 5ª época, 1999, p. 5.

Mas todas estas tentativas eram obviamente imperfeitas, como já vimos. Por isso, logo que a moeda surgiu na Ásia Menor, a Grécia aderiu ao sistema sem reservas, segundo parece. Efectivamente se os Lídios a usaram no século VII a. C. e se são conhecidas moedas cunhadas por particulares, nesse século, em cidades jónias da costa, como foi o caso de Éfeso e de Mileto, sem referirmos o exemplo excepcional da moeda cunhada na cidade de Égina em 724 a. C., Atenas pelo ano 600 a. C. já tinha a sua própria moeda, que iria difundir-se rapidamente. As suas repercussões económicas foram incalculáveis. A economia baseada até então na agricultura, brevemente seria ultrapassada pela economia monetária. Em Atenas, surgem de imediato os bancos e os banqueiros, que tinham como actividade principal o câmbio, sendo principalmente os estrangeiros a exercer tal profissão, que, na verdade, não agradava muito aos Gregos, mais agarrados à tradição da agricultura, no fundo, "a profissão mais honrada", como pensava Xenofonte. É que a moeda ia fomentar a acumulação de capitais, a especulação, o que desagradava a certos filósofos. Aristóteles, por exemplo, considerava que o facto de o dinheiro gerar mais dinheiro era um fenómeno contra a natureza.

Apesar de opiniões deste género, a Grécia iria adoptar a moeda e retirar do seu uso grande resultado económico, mormente por causa do comércio externo, que foi intenso após a colonização. É dentro dessa política de relações comerciais que se compreendem os melhoramentos realizados nos seus portos, principalmente no Piréu, que servia directamente Atenas. Esta cidade tornou-se efectivamente, nos séculos VI e V a. C., um centro de mercado mundial, onde se transacionavam as matérias primas tradicionais, como as peles, a lã, a madeira, etc. e onde se compravam igualmente bens alimentares: vinho, azeite, peixe salgado ou seco e sobretudo o trigo que chegava da Ucrânia (então designada por Ponto Euxino), do sul de Itália e da Sicília. Atenas tornou-se também mercado de escravos, de minerais e de mercadorias de luxo. Sem a moeda seria impossível toda esta actividade comercial e prosperidade que Atenas e, de forma geral, a Grécia conheceu.

A moeda serviria também o poder político. Recordemos o que nos conta Plutarco na sua conhecida obra *Vidas dos homens ilustres*. Dando crédito à sua informação, Sólon, legislador de Atenas e um dos sábios da Grécia (640-558), decidiu, no princípio do século VI que a moeda fosse desvalorizada. Tratava-se no seu espírito de aliviar as dívidas dos camponeses pobres para com os ricos proprietários, permitindo-lhes pagar a mesma soma com menos metal. Algumas décadas mais tarde, o tirano Hípias retirou da circulação todas as peças de moeda e substituiu-as por outras 50% mais leves. Assim, o poder político tentou resolver problemas de tesouraria, na antiga Grécia, como aconteceria frequentes vezes no decurso da história.

Começemos por recordar a este propósito a informação de Plutarco sobre a política de desvalorização monetária seguida por Sólon, em Atenas no princípio do século VI a. C. Qual a razão? No espírito do governante, era necessário aliviar os camponeses pobres nas dívidas que

havam contraído para com os ricos proprietários, permitindo-lhes pagar as mesmas somas com menos metal. Sabemos que a desvalorização foi um meio usado pelo poder político em certas ocasiões, como a história regista. Ainda na Grécia, poucas dezenas de anos mais tarde, o tirano Hípias mandou retirar da circulação todas as espécimes de moedas para as substituir por outras mais leves.

Quanto ao papel do poder político perante a moeda, recordemos ainda o seguinte: No fim do século V a. C., os escravos que trabalhavam nas minas de Laurion, de onde extraíam principalmente a prata, serviram-se do argumento ou do pretexto das frequentes incursões dos Espartanos para abandonarem o trabalho. As minas ficaram fechadas durante alguns anos, o que obrigou os Atenienses a terem de cunhar moedas em bronze, certamente menos apreciadas que as de prata. Como resultado, verifica-se que o público teve de usar a nova moeda menos boa e foi guardando a moeda antiga. Desta forma a moeda fraca expulsou a boa, que ficou amalhada nas casas dos particulares ou saiu para fora de Atenas.

Mas nem tudo teve êxito no início da economia monetária na Grécia. Houve cidades pequenas e sem importância que emitiram moeda própria para se imporem. Tais moedas tinham, como é óbvio, valor e qualidade muito variável, resultando daí uma verdadeira competição e luta entre os diversos padrões monetários. Acabaram por prevalecer duas moedas: a dracma de Égina, moeda com o peso de 6,28g e a dracma da ilha de Eubeia, um pouco mais leve, 4,25g. A primeira, que tinha como símbolo uma tartaruga, impôs-se no Peloponeso. A segunda, caracterizada por uma figura de coruja, símbolo de Atenas, difundiu-se pelo império marítimo desta cidade. Apesar de menos pesada, teve maior aceitação por causa do prestígio político de Atenas e também porque era de prata muito pura, proveniente das já referidas minas de Laurion. O seu peso era rigoroso e a pureza do metal era também conhecida, 985% em geral e nunca menos de 966% de pureza de metal. Foi sobretudo a tetra-dracma, peça de prata de 4 dracmas com a efígie da coruja, que se tornou uma verdadeira moeda internacional na bacia oriental do Mediterrâneo, tal como entre os Persas acontecia com o darico de ouro.

Embora o valor da prata da dracma fosse constante, o seu valor de compra foi diminuindo. A proliferação das moedas de prata provocou uma subida do custo de vida. A subida dos preços em Atenas no século VI foi acentuada, duplicou entre 480 e 404 e duplicou novamente entre 404 e 430, segundo a informação de Demétrio de Falera⁶. Não obstante várias peripécias da história da moeda na Grécia que nos dão a conhecer Platão, Xenofonte e outros, verificamos que, entre os Gregos, a moeda começou a realizar em pleno as suas funções fundamentais: padrão de valor, instrumento de compra e reserva de poder de aquisição e de poupança.

⁶ J. RIVOIRE, *ob. cit.* p. 15.

No fim do século IV, são as peças da Macedónia que se expandem por toda a Grécia, graças à prosperidade e política monetária de Filipe II. Senhor das famosas minas de ouro de Pangeia, o soberano macedónio pode mandar cunhar belas e valiosas peças de ouro com a sua efigie. O filho, Alexandre Magno, quando se apoderou do império persa, foi aí encontrar riquezas insuspeitadas, o que não é de estranhar, pois à esplendorosa corte do soberano persa afluíam bens inestimáveis de todas as satrapias que aí se acumulavam de forma desmedida. O tesouro armazenado em ouro e prata que os Gregos aí foram encontrar é algo que parece fazer parte do mundo da fantasia: 180000 talentos ou 220000, segundo referem outras fontes⁷.

Num império constituído por diversos povos e por populações desmotivadas para o trabalho e investimento, eram riquezas improdutivas. Ora os Gregos, bem integrados num sistema de economia monetária, como acabamos de ver, sabendo retirar do próprio uso da banca vantagens para o comércio, encontraram aí vasto campo para multiplicarem as suas riquezas. Pela primeira vez na História, o progresso, “a luz”, ia do Ocidente para Oriente. No âmbito económico, era um Ocidente “moderno” a impôr-se com novos sistemas e melhores possibilidades ao Oriente antiquado.

Como soberano de tão vasto império, Alexandre Magno impôs um novo sistema monetário sobre o modelo persa: em vez do dárico de ouro que valia 2 siclos de prata, cria a estatera de ouro que valia 20 dracmas de prata, determinando que a dracma macedónia era igual à dracma ateniense.

Os Gregos transformaram os tesouros de prata e ouro até então armazenados, em moeda, que os Persas conheciam mas pouco usavam. Cunharam sobretudo moeda de prata e é esta que mais se divulga por todo o império helenístico, sem entretanto se ignorarem excepções. Assim, no Egipto dos Ptolomeus usaram-se moedas de bronze e de cobre, reservando-se a prata para pagamentos ao exterior. Não seria de imaginar uma unidade monetária em toda a vastidão do mundo helenístico, mesmo quanto ao peso da dracma. Assim a dracma de Alexandre com o peso de 4,25g utilizou-se em Atenas e foi adoptada pelos Selêucidas, mas, na Ásia Menor, adoptou-se uma dracma mais leve, com cerca de 3,25g, sendo a dracma do Egipto de 3,55g.

Em Roma

Começemos pela *Lei das Doze Tábuas*, situando-nos por conseguinte por 450 a. C. Nessa lei básica que fundamenta o prestigiado direito romano, fixa-se o montante das coimas em cabeças de gado. Ainda iriam decorrer quase dois séculos antes que os Romanos fizessem peças metálicas. É provável que a primeira oficina monetária

a entrar em actividade seja a do Capitólio em 269 a. C., na cave do templo da deusa Juno, deusa do amor e do casamento, a quem davam o apelido de *moneta* (conselheira). Foi do nome da deusa do “bom” conselho que nasceu o nome de *moeda* a peça metálica, que por vezes é má conselheira. No início, porém, era correntemente designada por *aes* (*asse*) ou seja bronze, uma liga de cobre e estanho, como sabemos. A unidade mais antiga foi o *asse* que pesava 273g. Entretanto os Romanos abandonariam o bronze para utilizarem mais a prata, tal como outros, e mesmo o ouro.

Após a vitória de Pirro sobre o sul da Itália, manifestando a sua tendência para passar de cidade a império, Roma cunhou moedas de ouro e de prata, com a intenção de realizar a unidade monetária. Efectivamente ainda no século III aparecem outras moedas romanas ao lado do *asse*, tais como o *denário* em prata e o *aureus* em ouro. O *asse*, porém, iria perder rapidamente o peso, o que se justifica a princípio pela subida do preço do cobre. Depois, pelo hábito, produzem-se outros alijeiramentos, porque o estado tinha interesse nisso e o público também desejava moedas mais manuseáveis.

O *aureus* nunca se impôs como moeda de uso corrente. Usava-se apenas para transações importantes. Na prática, e em definitivo, era o *denário* e o seu submúltiplo, o *sestércio*, que valia a quarta parte do *denário*, que constituíam a chave do sistema monetário romano. O peso do *denário*, fixado antes em 4,55g de prata, estabiliza-se depois em 3,9g, o que corresponde mais ou menos à dracma ateniense e macedónia, às quais vai naturalmente suceder como moeda principal internacional em toda a bacia do Mediterrâneo. Lembremo-nos dos 30 “dinheiros” de Judas.

A república teve dois séculos de estabilidade monetária, o que contribuiu para a sua grande prosperidade. A partir de Augusto a cunhagem da moeda de ouro e de prata torna-se privilégio do imperador. Este aproveita para pôr em circulação a grande quantidade de metais preciosos capturados no Egipto. Estabelece que a peça de ouro pesará 7,8g (42 a libra) e valerá 25 *denários* de prata. Isso equivale a dizer que a libra de ouro valia 1050 *denários* e que, em peso igual, o ouro devia custar 12,5 vezes mais que a prata. Alguns anos mais tarde, no tempo de Trajano, a exploração das minas da Dácia provocou uma depreciação do ouro e uma relativa valorização da prata.

Foram várias e de sentido diferente as reformas monetárias empreendidas por vários imperadores e pelo senado, mas a mais significativa foi a de Constantino. Inicia-se com ele um período de estabilidade. Pôs em circulação duas novas moedas, uma de ouro e outra de prata. A primeira foi designada por *solidus*, que tinha a intenção de durar e de ser moeda de referência, como se desprende do próprio nome. De facto assim aconteceu, tornando-se moeda estável até à queda do império. Só o Egipto ficou de fora desta reforma de Constantino. Aqui a inflação foi de tal ordem que o *solidus* valia 4000

⁷ A. A. TAVARES, *ob. cit.* pp. 57-58.

dracmas egípcias pelo ano 310, valia seis milhões pelo ano 340 e chegou a valer 180 milhões pelo ano 400.

Esta moeda continuou após a queda do império romano do Ocidente, tomando em Bizâncio o nome de *solidus bizantinus* ou simplesmente *bizâncio*, donde veio o nome de *bezante* que os Árabes deram à sua moeda, no fim do século VII, usando também o nome de *dinar* em recordação do antigo *denário*.

No Ocidente, os povos bárbaros fabricaram peças sobre o modelo romano, mas de valores diferentes quanto ao peso e quanto ao título. Esta situação manteve-se até à reforma de Carlos Magno em 781, quando decidiu substituir as antigas espécies monetárias por uma moeda nova de boa qualidade e de peso exacto, uma moeda de prata que teve por unidade de base o denário, como na antiga Roma⁸.

Referências Bibliográficas

- AAVV – *IV Congresso Nacional de Numismática (Actas)*, Lisboa, 1998.
- BLAZQUEZ, J. M. – *História económica de la Hispania romana*, Madrid, Ed. Crisandad, 1978.
- BOGAERT, R. – *Banques et banquiers dans les cités grecques*, Leiden, 1968.
- BOTTÉRO, J.; CASSIN, E; VERCOUTTER, J. – *The Near East: the Early Civilizations*, (tr. inglesa), Londres, Georg Weidenfeld Ltd, 1967.
- DICKMANS, G. – *Histoire économique et sociale de l'ancienne Egypte*, 3 vols., Paris s. d.
- DOTY, R. G. – *L'Histoire de la monnaie, de l'Antiquité à nos jours* (tr.), Paris, Ed. de l'Épargne, 1986.
- ERMAN, A; RANKE, H. – *La civilisation égyptienne*, Paris, Payot, 1976.
- GARELLI, P – *Le Proche Orient Antique. Des origines aux invasions des Peuples de la Mer*, Paris, PUF, 1974.
- GARELLI, P.; NIKIPROWETZKY, V. – *Le Proche Orient Asiatique. Les empires mésopotamiens. Israel.*, Paris, PUF., 1974.
- JOANNÈS, FR. – *Textes économiques de la Babylonie recente*, Paris, Ed. Recherches sur les civilisations, 1982.
- HILL, G. F. – "Coinage from its origin to the Persian Wars", *Cambridge Ancient History*, vol. IV 1977, cap. V, pp. 124-135; cap. VII, pp. 173-237.
- MARTINO, F. de – *História económica de la Roma antiqua*, Barcelona, Ed. Albir, 2 vols., 1985.
- RIVOIRE, J. – *Histoire de la monnaie*, Paris, 2ª ed., PUF, 1989.
- TAVARES, A. A. – *Economia e História Antiga*, Lisboa, ed. Presença, 1987.

⁸ J. RIVOIRE, *ob. cit.* p. 18.